

Leonardo Boff*

Magnífica Humanitas do Papa Leão XIV: nova visão e novo estilo pontifício

Ao acabar a leitura da primeira encíclica do Papa Leão XIV notamos, com surpresa, a introdução de um novo estilo de argumentação: não é mais aquele eclesiástico clássico, com muitas referências aos pensadores cristãos dos primeiros séculos. Mas um novo, contemporâneo, que dialoga com os vários saberes e autores, homens e mulheres, para além de sua origem confessional. Parece-nos estar lendo um texto de algum teólogo contemporâneo.

Antes de tudo, cabe sublinhar o tom geral esperançoso da encíclica ao abordar um tema tão controverso e espinhoso como o da Inteligência Artificial (IA). Mas é realista ao descrever a situação mundial de permanente beligerância: “não se trata de uma descrição sombria e pessimista, mas de uma denúncia necessária” (MH,210). Essa denúncia se torna cristalina quando se refere a “bombardeios contra civis, ataques a hospitais, a escolas ou a infraestruturas vitais, violências que afetam crianças...escândalos que ferem a própria humanidade” (MH,216). É como se estivesse se reportando aos crimes do exército israelense na Faixa de Gaza. Assume o olhar das vítimas “pois não é justo permancermos neutros face aos conflitos” (MH,216).

Mas ao abordar diretamente o desafio das IA, positivamente, logo afirma que ela continua sempre ser artificial e jamais substitui a natural (MH,97). No entanto “ela pode representar “uma forma de participação do ato divino da criação” (MH,111). Esse dado implica que ela deve assumir “uma responsabilidade ética e espiritual especial, pois cada eleição do desenho, expressa uma visão de humanidade” (MH,111;117;129). Aliás, este ponto é decisivo, na compreensão do Papa: não basta considerar se a técnica e IA são boas ou más e seus fins bons, mas tirar a limpo “a visão subjacente, se elas tratam o ser humano como material a ser aperfeiçoado ou a superar...ou o seu progresso moral e social” (MH,117). A IA “não é moralmente neutra, pois todo artefato técnico implica decisões e prioridades: o que mede, o que ignora, o que otimiza e a forma como classifica as pessoas e as situações...Deve-se perguntar “como é o desenho, que ideia de pessoa e de sociedade se inscreve nos dados e nos modelos que a guiam” (MH,104). Ela é “intrinsecamente ambígua, pode defender como atacar ou a fronteira entre a proteção e a agressão tende a se esfumar” (MH,1832).

É nesse ponto que o Papa Leão faz uma crítica contundente a duas ideologias, o transhumanismo e o poshumanismo. Estes “dão centralidade total à técnica e ao sonho de superar os limites da condição humana” (MH,116). O transhumanismo quer esponencialmente exacerbar as capacidades humanas (pela biomedicina, engenharia corporal, algoritmos) para ser mais eficiente e assim alcançar vantagens lucrativas. O poshumanismo “visa ir além do ser humano e conectá-lo de tal forma à máquina e ao meio ambiente que inauguraria uma nova etapa da evolução” (MH,116). Aqui se menosprezam os limites naturais do ser humano e se promete uma “salvação” puramente técnica” (MH 117). Podemos dizer que hoje, como vários analistas tem apontado, vigora uma idolatria da técnica, uma verdadeira religião. Entre nós o tem denunciado publicamente, nosso neurocientista, mundialmente conhecido Miguel Nicolelis.

Seria longo comentar os diversos pontos abordados pela encíclica Magnífica Humanitas. Praticamente seu leque se estende das filosofias da vida, passando pela política (os vários radicalismos) pela economia (financiarização e as criptomonedas), pelo resgate do coração, pela educação, pela importância do imaginário social, pela questão do trabalho e da ecologia, desembocando nas utopias com base na cultura digital, tecnológica e cibernética e finalmente na civilização amor. Esta “não é uma utopia ingênua, mas um projeto exigente” (NH 186).

Esquemmatizando, é visível o background intelectual, teológico e espiritual do atual Papa. Ele se funda em Santo Agostinho (354-430), inspirador de sua Ordem Religiosa (agostinianos). Como é sabido, o bispo de Hipona, um dos gênios do pensamento ocidental, articula sua visão da história no jogo dialético entre as duas cidades e os dois amores (129-130): a cidade terrenal e a cidade celeste, o amor a Deus e ao próximo e o amor a si mesmo. Biblicamente significa: construir a Babel, protótipo do ser humano que soberbamente só pensa em si, olvidando Deus, e reconstruir Jerusalém, exemplo do ser humano que faz a história pensando em Deus e a partir dele em si mesmo (MH,130).

Leão XIV atualiza esta dialética com aquilo que está ocorrendo atualmente: um sistema de vigilância e controle sobre as populações, proposto por algumas plataformas digitais, especialmente a mais perversa de todas, a Palantir (controlar todas pessoas de um país e usar a IA para a guerra) e o sistema do cuidado do ser humano, de sua relação respeitosa para com a natureza e a confraternização universal entre os humanos e estes com o Todo. Toda sua reflexão pressupõe este enfrentamento atual. Toma partido claramente pelo cuidado, pelo amor desinteressado, pelo olhar das vítimas, dos pobres e oprimidos.

Apresenta-nos um texto contemporâneo, atualíssimo, com a linguagem de nosso tempo e por isso acessível a todos, sem sacrificar a gravidade e a profundidade das questões a serem pensadas, assumidas e encaminhadas de forma a gerarem esperança na possibilidade de um mundo diferente, afetuoso, amigo da natureza e aberto ao Infinito.

Concluindo podemos afirmar que o atual Papa, na esteira de Santo Agostinho e da grande tradição doutrinária da Igreja sobre as questões sociais (resumidas na encíclica MH nn.28-44), repropõe o tema da civilização do amor (termo cunhado pelo Papa Paulo VI). Ele assim a define: “consiste traduzir a caridade em estruturas de justiça, em dar corpo institucional à fraternidade e considerar o outro – seja pessoa ou povo – como um aliado necessário para a construção do bem comum... Só este amor pode gerar uma ordem internacional estável, transformando a convivência de uma simples coexistência armada, numa comunidade de destino” (MH,186).

***Leonardo Boff escreve para a revista digital LIBERTA do ICL (<https://www.revistaliberta.com.br>); escreveu também O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade, Vozes 2012 (<https://www.leonardoboff.org>).**

Victor Corrêa*

O vício que virou propaganda

Dia sim, outro também, aparece a história de alguém que se perdeu nas bets. O vício em jogo não nasceu com os aplicativos. O Brasil conhece essa história desde os tempos em que o jogo do bicho vivia seu auge, sustentado pela contravenção. A diferença é que agora a aposta ganhou escala, propaganda, influenciador, patrocínio esportivo e aparência inofensiva de entretenimento.

Jogo de azar vicia. Não é fraqueza moral, falta de caráter ou simples irresponsabilidade financeira. É um transtorno capaz de sequestrar a relação da pessoa com recompensa, perda, esperança e controle. E quando o transtorno se instala, a pessoa raramente percebe sozinha.

As bets são perigosas porque não vendem apenas jogo. Vendem a sensação de que a próxima tentativa pode consertar a anterior. É aí que a armadilha se fecha: a perda vira convite para insistir, o ganho vira prova de que vale continuar, e a esperança passa a funcionar como combustível da compulsão. O que começa como diversão pode virar tentativa de recuperar o que foi perdido. Quando isso acontece, a pessoa já não aposta por prazer. Aposta para tentar sair do buraco que a própria aposta abriu.

O SUS registrou mais de 10 mil atendimentos relacionados a jogo patológico entre 2018 e 2025. São os casos que chegaram ao serviço público. Os que ficaram no silêncio da casa, da dívida e da vergonha ninguém sabe contar.

Por que alguém que não tem dinheiro aposta o que não tem?

Porque, para quem vive no aperto, a aposta nem sempre aparece como lazer. Às vezes aparece como atalho. Como promessa de virada. Como a única janela aberta quando emprego, salário, crédito e futuro parecem fechados. As bets entenderam esse vazio antes do Estado. E lucraram com ele.

Não é coincidência que beneficiários do Bolsa Família tenham movimentado cerca de R\$ 3 bilhões em apostas em um único mês, em agosto de 2024. O dado assustou, mas talvez não tenha surpreendido quem conhece o Brasil real. Não é falta de juízo. É falta de saída. É desespero com interface amigável.

Quando mais de meio milhão de pessoas precisaram pedir ao Estado para serem impedidas de apostar, já não estamos falando apenas de entretenimento. Entre os que recorreram à Plataforma de Autoexclusão criada pelo governo em dezembro de 2025, 41% disseram ter perdido o controle sobre o jogo. A política pública chegou quando o controle já havia sido perdido.

A dependência em jogo também carrega vergonha. Muita gente demora a procurar ajuda porque ainda interpreta o próprio adoecimento como falha moral. Perde dinheiro, mente para a família, tenta recuperar o prejuízo, afunda mais um pouco. A aposta raramente destrói apenas uma conta bancária. Atravessa a casa. Afeta casamento, aluguel, comida, confiança, sono, filhos, pais, irmãos.

O público das apostas também tem rosto. Os homens são maioria entre os apostadores recentes, e a maior concentração está entre adultos de 25 a 49 anos. Mas o dado mais preocupante talvez venha antes: a propaganda não espera a maioridade.

A estética das bets já está nas redes, nos vídeos, no futebol e no vocabulário digital de crianças e adolescentes. A publicidade não vende apenas aposta. Vende adrenalina, pertencimento, virada de vida, esperteza, domínio sobre o acaso. Vende a ideia de que é possível vencer o sistema com um palpite. O problema é que o sistema, quase sempre, vence de volta.

Por isso, o movimento recente de artistas e influenciadores contra a publicidade das bets importa. Caetano Veloso, Anitta e outros nomes do setor cultural integram o coletivo 342 Artes, que lançou a campanha #BlockNoTigrinho para alertar sobre os impactos sociais e de saúde pública das apostas.

A cantora Simone Mendes recusou R\$ 64 milhões em contratos de propaganda de bets. Quando uma imagem pública deixa de aceitar dinheiro de uma plataforma de apostas, algo muda no ambiente. Não resolve o problema, mas ajuda a romper a normalidade.

Quando um ídolo associa sua imagem a uma bet, aquilo deixa de parecer risco e passa a parecer hábito. Entra no intervalo do jogo, na camisa do time, no feed, no meme, na conversa de bar. Vai perdendo a cara de vício e ganhando a cara de lazer.

A conta também chega ao país. Quando a aposta vira dívida, depressão, ruptura familiar e risco de suicídio, o prejuízo deixa de ser apenas individual.

Estimativas apontam que os danos associados às apostas podem custar R\$ 38,8 bilhões por ano ao Brasil, sendo R\$ 30,6 bilhões ligados à saúde.

O SUS montou respostas, com autoteste, teleatendimento e encaminhamento para a rede psicossocial. Mas há uma diferença enorme entre oferecer uma porta de saída e permitir que a porta de entrada para o vício fique escancarada, iluminada por propaganda, patrocínio e influenciador.

O Estado demorou a reconhecer a dimensão do problema. Regulou, arrecadou, autorizou publicidade, permitiu que o mercado ocupasse o imaginário popular e só depois começou a correr atrás do dano.

Saúde mental não é só consultório, diagnóstico ou remédio. Também é regulação, publicidade, renda, proteção social e limite para mercados que lucram com a vulnerabilidade. O mesmo Estado que autoriza a expansão de um setor precisa responder pelo sofrimento que esse setor ajuda a produzir.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**